

AO EXPEDIENTE

S. Sessões 03/06/19

Presidente da Câmara.

Tatuí, 31 de maio de 2019.

Assunto: Resposta ao ofício 352/AJT/CMT/19 - requerimentos 838 e 890/19.

Prezado Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício em referência, que encaminha os Requerimentos 838/19 e 890/19, informamos:

Quanto ao Requerimento 838/19:

Após extenso processo para elaboração de estudos e projetos, bem como aquisição de todos os materiais necessários para tal implantação, os mesmos encontram-se atualmente à disposição.

As obras de implantação, portanto, deverão ser iniciadas no próximo mês de junho/19, mediante parceria com a Prefeitura Municipal.

Quanto ao Requerimento 890/19:

Informamos que não procedem as informações veiculadas recentemente na mídia.

Para os adequados esclarecimentos anexamos a este a Nota Técnica SABESP, bem como Nota Técnica do Ministério da Saúde e cópia de sua publicação no Diário Oficial de 16/05/19.

Sem mais, na oportunidade externo nossos sinceros protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

Adriano José Branco
Gerente de Divisão - RMDT

Antonio Marcos de Abreu
Presidente da Câmara
Câmara Municipal de Tatuí

Gerência de Divisão Tatuí - RMDT
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp
Rua XV de Novembro, 2431 – Loteamento Modena – CEP 18.276-010 – Tatuí
Tel. 55 (15) 3305-8800
www.sabesp.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ	
Número de Protocolo	Data: 03/06/2019
02683/2019	Hora: 15:06
	Ofício N° 203/2019
	Autoria: SABESP
	Assunto: Resposta dos requerimentos 838 e 890/19

NOTA TÉCNICA – SABESP – MAIO/2019

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP realiza, sistematicamente, o monitoramento de qualidade da água tratada e distribuída em todos os municípios que opera, conforme as exigências da Portaria de Potabilidade vigente. Devido à importância dos resultados desse monitoramento para atestar a qualidade da água fornecida à população, a SABESP, ao longo dos anos, muito investiu na modernização da tecnologia analítica e, hoje, possui laboratórios equipados com instrumentos de última geração.

O parque analítico é composto de cromatógrafos gasosos (CG), cromatógrafos líquidos de alta performance (HPLC), cromatógrafos líquidos acoplados a espectrômetro de massas (LC-MS-MS), entre outros. Esses equipamentos são capazes de determinar compostos em concentrações mínimas, em valores muito abaixo dos limites definidos na legislação de potabilidade, proporcionando uma elevada segurança aos resultados obtidos.

Além disso, os ensaios realizados nos laboratórios são acreditados pelo INMETRO, segundo a Norma ISO/IEC17025, ou seja, as análises laboratoriais seguem procedimentos padrões que são auditados por institutos que garantem a alta confiabilidade dos profissionais, equipamentos, reagentes, enfim, todo o processo está adequado para que os resultados sejam rastreáveis e com alta credibilidade. Todos os resultados do monitoramento são encaminhados à Vigilância Sanitária, que possui um sistema informatizado denominado SISÁgua, que concentra todas as informações de qualidade da água para consumo humano.

Até junho de 2018, a Sabesp enviava os laudos dos ensaios para todas as Vigilâncias Sanitárias Municipais e estas estavam encarregadas de transcrever os resultados para o sistema SISÁgua. A partir do último semestre de 2018 a Vigilância Sanitária promoveu a modernização do SISÁgua o que permitiu a Sabesp passar a encaminhar esses resultados por meio eletrônico, eliminando toda a necessidade de digitação e, consequentemente, a possibilidade de erros de transcrição.

Recentemente, foram veiculadas matérias na mídia que utilizaram as informações disponíveis no SISÁgua, apresentando alguns resultados do período entre 2014 e 2017 em desacordo com os limites estabelecidos na Portaria de Potabilidade. Esses dados não estão de acordo com os resultados efetivamente obtidos nos laboratórios da SABESP. Considerando todo o processo de transcrição que era necessário anteriormente para que o resultado fosse inserido no sistema, qualquer resultado existente no SISÁgua, que esteja fora dos padrões de potabilidade para agrotóxicos, deve ser confirmado através do laudo que originou esse registro. Esse laudo original pode ser solicitado diretamente na gerência regional da Sabesp do Município para conferência.

Nos últimos cinco anos, a SABESP realizou mais de 195 mil ensaios para o monitoramento de agrotóxicos nas águas destinadas ao consumo humano, não havendo ocorrência de nenhum resultado acima do Valor Máximo Permitido (VMP) estabelecido no Anexo XX da Portaria de Consolidação nº5 do Ministério da Saúde.

NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE ACERCA DE MATÉRIAS VEICULADAS NA MÍDIA

Comunicado CVS - Sama - 23, de 15-5-2019

A Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária – órgão vinculado à Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde – no exercício de sua atribuição de estabelecer referências para prevenir riscos à saúde da população e orientar as instâncias regionais e municipais do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sevisa), torna público o seguinte:

Água Potável e Agrotóxicos em São Paulo - Considerações gerais

Matérias recentemente veiculadas na imprensa tem suscitado dúvidas nos consumidores a respeito da qualidade da água ofertada pelos sistemas públicos de abastecimento. É importante que a gestão dos recursos hídricos e a potabilidade da água sejam debatidas de maneira ampla e transparente, afinal todos fazemos uso da água e ela é imprescindível para nossa saúde. Por isto, os sistemas públicos de abastecimento são essenciais para uma vida saudável e com bem-estar nas cidades. É por conta disto também que a qualidade dos mananciais e a potabilidade da água devem ser controladas e vigiadas pelo Poder Público. O uso intenso e abusivo de agrotóxicos é também motivo de preocupação em todo o mundo, demandando políticas públicas, dentre outras, de defesa agropecuária, de controle ambiental e de vigilância da saúde, pois são muitos os potenciais impactos desses produtos, inclusive na água dos mananciais. No Brasil, a água potável é fiscalizada pelos órgãos de vigilância vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Um importante instrumento para subsídio às ações de vigilância é o sistema de informações Sisagua, desenvolvido pelo Ministério da Saúde e base para a reportagem mencionada.

Embora o Sisagua seja muito relevante para as atividades rotineiras de vigilância no plano local e regional, seus dados, quando utilizados para fins estatísticos mais amplos, devem ser ponderados à luz do estágio de desenvolvimento do sistema. O Sisagua é um sistema em construção, ainda não plenamente consolidado, desprovido, dentre outros, de recursos para a emissão de relatórios de gestão que permitam checagem mais apurada dos milhões de dados de controle nele inseridos. Algumas iniciativas em São Paulo para reduzir transcrições manuais por parte dos agentes de vigilância permitem dizer que os dados mais recentes têm como atributo uma maior consistência. Assim, alterações de potabilidade em São Paulo especialmente em anos anteriores, analisadas a partir do banco de dados do Sisagua, tendem a refletir mais as desconformidades atuais do sistema do que a qualidade da água. O melhor modo do cidadão conhecer hoje a potabilidade da água em sua cidade é consultando diretamente o sistema de abastecimento público e a vigilância sanitária municipal. Deste modo, ainda que sejam compreensivas as preocupações a respeito da contaminação dos mananciais por agrotóxicos, não é possível afirmar que tais práticas estejam causando migração generalizada desses tóxicos para a água de consumo humano a ponto de afetar sua potabilidade, concentrando nela resíduos de tal ordem que justifiquem o afastamento dos consumidores da rede pública.



